

Prova Escrita Objetiva – Nível Superior

ANALISTA JURÍDICO

Tipo 1 - BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas, contendo setenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas
- Boa sorte!

Língua Portuguesa

Texto 1

Stephen Hawking, A Mente Que Superou Tudo

Em reverência ao gênio que revolucionou o estudo da cosmologia, o mundo prestou tributo a Stephen Hawking no dia seguinte a sua morte. O cientista britânico, símbolo da superação, teve papel decisivo na divulgação científica e virou um ícone pop. (O Globo, 15/3/2018)

1

O texto 1 é uma pequena notícia de primeira página de *O Globo*, cujo conteúdo é ampliado em reportagem no interior do jornal.

A marca mais característica de ser este um texto resumido é:

- (A) a presença marcante de frases curtas;
- (B) a preferência por sinais de pontuação em lugar de conectivos;
- (C) a ausência de adjetivos e advérbios;
- (D) a seleção de temas de destaque;
- (E) a utilização de verbos indicadores de ação rápida.

2

Na estruturação da notícia do texto 1, o jornal deu principal destaque ao seguinte papel de Stephen Hawking:

- (A) possuir uma mente privilegiada;
- (B) ter revolucionado o estudo da cosmologia;
- (C) ser um símbolo de superação;
- (D) ter tido papel decisivo na divulgação científica;
- (E) ter virado um ídolo pop.

3

Ao dizer que o cientista inglês “virou um ícone pop”, o autor do texto 1 quer dizer que ele:

- (A) tornou-se temática de muitos filmes modernos;
- (B) realizou tarefas ligadas à arte popular;
- (C) alcançou popularidade acima das expectativas;
- (D) obteve uma fama comparável à de artistas populares;
- (E) conquistou um espaço nas artes plásticas.

4

Observe a charge a seguir:



A charge acima é uma homenagem a Stephen Hawking, destacando o fato de o cientista:

- (A) ter alcançado o céu após sua morte;
- (B) mostrar determinação no combate à doença;
- (C) ser comparado a cientistas famosos;
- (D) ser reconhecido como uma mente brilhante;
- (E) localizar seus interesses nos estudos de Física.

5

Essa charge traz elementos verbais – a fala de Einstein – e elementos imagísticos; entre os significados construídos pelos dados da imagem, NÃO está correta a seguinte afirmação:

- (A) as asas na cadeira de rodas indicam a pureza angelical do cientista falecido;
- (B) a aparência da cadeira de rodas indica a alta tecnologia de que dispunha o cientista morto;
- (C) a gestualidade de Einstein mostra alegria na recepção a Stephen Hawking;
- (D) a espécie de luneta em uma das mãos de Galileu se refere à sua atividade de observador astronômico;
- (E) as roupas dos cientistas estão adequadas à época em que viveram.

6

Sobre a frase dita por Einstein, é correto afirmar que:

- (A) o termo “Galileu”, por ser um vocativo, deveria ser colocado no início da frase;
- (B) o adjetivo “brilhante”, por ser um adjetivo qualificativo, deveria vir antes do substantivo “mente”;
- (C) o pronome “nós”, implícito em “estávamos esperando” se refere a todos os habitantes do céu;
- (D) o termo “Galileu” deveria aparecer entre vírgulas, por ser um vocativo;
- (E) o emprego da forma “olha” é desaconselhável por pertencer à linguagem coloquial.

Texto 2:

Inteligência e sabedoria não são a mesma coisa. Entretanto, na linguagem cotidiana, usamos os dois termos indistintamente. Vivemos em uma sociedade onde a eficiência e os resultados são valorizados. Aparentemente, apenas os mais inteligentes estão destinados a obter sucesso. No entanto, apenas os sábios conseguem uma felicidade autêntica. Eles são guiados por valores e preocupados em fazer uso da bondade, aplicando uma visão mais otimista à vida.

Se procurarmos agora no dicionário o termo sabedoria, será encontrada uma definição simples: a faculdade das pessoas de agir de maneira sensata, prudente ou correta. Sendo assim, a primeira pergunta que vem à mente é: a inteligência não nos dá a capacidade de nos movimentarmos no nosso dia a dia da mesma maneira? Um QI médio ou alto não nos garante a capacidade de tomar decisões acertadas?

É claro que sim. Também é claro que quando falamos de inteligência surgem diferentes nuances. Por isso, o tipo de personalidade e a maturidade emocional são fatores que influenciam mais concretamente as realizações das pessoas. Isso também é verdadeiro em relação à capacidade de investir mais ou menos em seu próprio bem-estar e no dos outros.

Em vista disso, inteligência e sabedoria são dois conceitos interessantes. Assim, poderemos ter uma ideia mais precisa e útil do que realmente são. Afinal, se queremos algo, além de ter um alto QI, é necessário desenvolver uma sabedoria excepcional e moldar uma personalidade virtuosa. Isso vai um passo além do cognitivo e do emocional.

“A verdadeira sabedoria está em reconhecer a própria ignorância.” Sócrates.

Disponível em <https://amentemaravilhosa.com.br/inteligencia-e-sabedoria/>

7

“Inteligência e sabedoria não são a mesma coisa”.

Essa frase tem a função textual de:

- (A) introduzir tematicamente o assunto do texto 2, sem preocupações, no momento, de explicar a afirmativa;
- (B) indicar uma questão que será resolvida no restante do texto 2;
- (C) propor uma reflexão conjunta com o leitor;
- (D) despertar o interesse do leitor pela leitura do texto 2;
- (E) mostrar o posicionamento do autor diante de uma questão polêmica no terreno da psicologia.

8

“Inteligência e sabedoria não são a mesma coisa. Entretanto, na linguagem cotidiana, usamos os dois termos indistintamente”.

Esse segmento do texto 2 mostra que nossa linguagem cotidiana:

- (A) falha em determinar especificidades da realidade;
- (B) é empregada de diferentes formas em função da situação comunicativa em que se insere;
- (C) não possui todos os vocábulos necessários à perfeita comunicação humana;
- (D) engloba todo o conhecimento humano, mas não é usada de forma coerente por todos;
- (E) não é capaz de mostrar a diferença entre realidades próximas.

9

“Inteligência e sabedoria não são a mesma coisa. Entretanto, na linguagem cotidiana, usamos os dois termos indistintamente”.

Nesse segmento do texto 2, o conector “entretanto” só NÃO pode ser substituído de forma semanticamente adequada por:

- (A) contudo;
- (B) todavia;
- (C) conquanto;
- (D) no entanto;
- (E) porém.

10

“Vivemos em uma sociedade onde a eficiência e os resultados são valorizados. Aparentemente, apenas os mais inteligentes estão destinados a obter sucesso. No entanto, apenas os sábios conseguem uma felicidade autêntica”.

Inferimos da leitura desse segmento do texto 2 que:

- (A) a eficiência e os resultados estão mais ligados à sabedoria que à inteligência;
- (B) a sociedade não valoriza a sabedoria, mas somente a inteligência;
- (C) inteligentes e sábios podem atingir a plena felicidade;
- (D) na vida humana, a inteligência é dom superior à sabedoria;
- (E) os inteligentes não conseguem ser autenticamente felizes.

11

A frase do texto 2 em que os termos unidos pela conjunção “E” possuem valores sinônimos é:

- (A) “Vivemos em uma sociedade onde a eficiência e os resultados são valorizados”;
- (B) “Inteligência e sabedoria não são a mesma coisa”;
- (C) “Por isso, o tipo de personalidade e a maturidade emocional são fatores que influenciam...”;
- (D) “...desenvolver uma sabedoria excepcional e moldar uma personalidade virtuosa”;
- (E) “Isso vai um passo além do cognitivo e do emocional”.

12

A frase do texto 2 que NÃO exemplifica a voz passiva é:

- (A) “Vivemos em uma sociedade onde a eficiência e os resultados são valorizados”;
- (B) “Aparentemente, apenas os mais inteligentes estão destinados a obter sucesso”;
- (C) “Eles devem ser observados, analisados e desconstruídos”;
- (D) “Eles são guiados por valores e preocupados em fazer uso da bondade”;
- (E) “Se procurarmos agora no dicionário o termo sabedoria, será encontrada uma definição simples”.

13

Em todas as frases abaixo (texto 2) sublinhamos formas verbais de primeira pessoa do plural, em que o sujeito é quantitativamente impreciso.

O caso em que o sujeito de uma dessas formas abrange o maior universo possível de pessoas é:

- (A) “Inteligência e sabedoria não são a mesma coisa. Entretanto, na linguagem cotidiana, usamos os dois termos indistintamente”;
- (B) “Vivemos em uma sociedade onde a eficiência e os resultados são valorizados”;
- (C) “Também é claro que quando falamos de inteligência surgem diferentes nuances”;
- (D) “Assim, poderemos ter uma ideia mais precisa e útil do que realmente são”;
- (E) “Afinal, se queremos algo, além de ter um alto QI, é desenvolver uma sabedoria excepcional e moldar uma personalidade virtuosa”.

14

“Afinal, se queremos algo, além de ter um alto QI, é necessário desenvolver uma sabedoria excepcional”.

A forma adequada de uma oração desenvolvida correspondente à oração reduzida sublinhada (texto 2) é:

- (A) o desenvolvimento de uma sabedoria excepcional;
- (B) que desenvolvemos uma sabedoria excepcional;
- (C) que desenvolvêssemos uma sabedoria excepcional;
- (D) desenvolvermos uma sabedoria excepcional;
- (E) que desenvolvamos uma sabedoria excepcional.

15

A frase do texto 2 em que o vocábulo sublinhado mostra uma função sintática diferente das demais, por ser núcleo de função, é:

- (A) “Aparentemente, apenas os mais inteligentes estão destinados a obter sucesso”;
- (B) “Eles são guiados por valores e preocupados em fazer uso da bondade, aplicando uma visão mais otimista à vida”;
- (C) “...o tipo de personalidade e a maturidade emocional são fatores que influenciam mais concretamente as realizações das pessoas”;
- (D) Isso também é verdadeiro em relação à capacidade de investir mais ou menos em seu próprio bem-estar e no dos outros;
- (E) Assim, poderemos ter uma ideia mais precisa e útil do que realmente são.

16

A frase final do texto 2, atribuída a Sócrates, liga a sabedoria:

- (A) ao orgulho;
- (B) à bondade;
- (C) à temperança;
- (D) à humildade;
- (E) à justiça.

17

“Em vista disso, inteligência e sabedoria são dois conceitos interessantes. Assim, poderemos ter uma ideia mais precisa e útil do que realmente são. Afinal, se queremos algo, além de ter um alto QI, é necessário desenvolver uma sabedoria excepcional e moldar uma personalidade virtuosa. Isso vai um passo além do cognitivo e do emocional”.

O termo que NÃO possui antecedente no texto 2 é:

- (A) disso;
- (B) dois conceitos;
- (C) que;
- (D) algo;
- (E) Isso.

18

“Em vista disso, inteligência e sabedoria são dois conceitos interessantes. Assim, poderemos ter uma ideia mais precisa e útil do que realmente são. Afinal, se queremos algo, além de ter um alto QI, é necessário desenvolver uma sabedoria excepcional e moldar uma personalidade virtuosa. Isso vai um passo além do cognitivo e do emocional”.

O conectivo sublinhado acima que tem seu valor semântico indicado INADEQUADAMENTE é:

- (A) em vista disso / causa;
- (B) assim / conclusão;
- (C) do que / comparação;
- (D) se / condição;
- (E) além de / adição.

19

“Em vista disso, inteligência e sabedoria são dois conceitos interessantes. Assim, poderemos ter uma ideia mais precisa e útil do que realmente são. Afinal, se queremos algo, além de ter um alto QI, é necessário desenvolver uma sabedoria excepcional e moldar uma personalidade virtuosa. Isso vai um passo além do cognitivo e do emocional”.

Nesse segmento do texto 2, a palavra formada por processo de formação originalmente diferente dos demais é:

- (A) sabedoria;
- (B) realmente;
- (C) desenvolver;
- (D) excepcional;
- (E) personalidade.

20

Na comparação entre inteligência e sabedoria, realizada no texto 2, a afirmação adequada ao que é expresso no texto é:

- (A) inteligência e sabedoria são interdependentes;
- (B) sabedoria mostra valores nas relações humanas;
- (C) inteligência é a ferramenta da felicidade autêntica;
- (D) inteligência e sabedoria aparecem sempre juntas;
- (E) inteligência é superior a sabedoria.

Raciocínio Lógico

21

Considere a sentença: “Todo catarinense gosta de camarão ou é torcedor do Figueirense”.

A negação lógica da sentença dada é:

- (A) Nenhum catarinense gosta de camarão ou é torcedor do Figueirense;
- (B) Todo catarinense gosta de camarão, mas não é torcedor do Figueirense;
- (C) Todo catarinense não gosta de camarão e não é torcedor do Figueirense;
- (D) Algum catarinense não gosta de camarão e não é torcedor do Figueirense;
- (E) Algum catarinense não gosta de camarão ou não é torcedor do Figueirense.

22

Uma sentença logicamente equivalente à sentença “Se Pedro é torcedor da Chapecoense, então ele nasceu em Chapecó” é:

- (A) Se Pedro não é torcedor da Chapecoense, então ele não nasceu em Chapecó;
- (B) Se Pedro nasceu em Chapecó, então ele é torcedor da Chapecoense;
- (C) Pedro é torcedor da Chapecoense e não nasceu em Chapecó;
- (D) Pedro não é torcedor da Chapecoense ou nasceu em Chapecó;
- (E) Pedro é torcedor da Chapecoense ou não nasceu em Chapecó.

23

Considere a sentença sobre os números racionais x e y : “ $x \geq 3$ e $x + y \leq 7$ ”.

Um cenário no qual a sentença dada é verdadeira é:

- (A) $x = 3$ e $y = 2$;
- (B) $x = 3$ e $y = 7$;
- (C) $x = 2$ e $y = 5$;
- (D) $x = 4$ e $y = 4$;
- (E) $x = 5$ e $y = 3$.

24

Há 10 anos, a soma das idades de Fernanda e de sua filha Isadora era 40 anos.

Daqui a 10 anos, a soma das idades delas será:

- (A) 50 anos;
- (B) 60 anos;
- (C) 70 anos;
- (D) 80 anos;
- (E) 90 anos.

25

Antônio comprou uma caixa com 42 comprimidos de um remédio. Ele tomou um comprimido por dia, sem interrupções, até terminar os comprimidos da caixa.

Se ele tomou o primeiro comprimido em uma sexta-feira, o último comprimido foi tomado em:

- (A) uma quarta-feira;
- (B) uma quinta-feira;
- (C) uma sexta-feira;
- (D) um sábado;
- (E) um domingo.

26

Sérgio pagou uma conta vencida, com 6% de juros, no valor total (juros incluídos) de R\$ 371,00.

Se Sérgio tivesse pagado essa conta até o vencimento, o valor seria:

- (A) R\$ 346,00;
- (B) R\$ 348,74;
- (C) R\$ 350,00;
- (D) R\$ 351,68;
- (E) R\$ 360,00.

27

Dois atendentes atendem 32 clientes em 2h40min.

Com a mesma eficiência, três atendentes atenderão 60 clientes em:

- (A) 2h40min;
- (B) 2h48min;
- (C) 3h10min;
- (D) 3h20min;
- (E) 3h30min.

28

Em uma urna há 5 bolas amarelas, 7 bolas verdes e 4 bolas azuis. O número mínimo de bolas a ser retirado aleatoriamente da urna, sem lhes ver a cor, para se ter certeza de que serão retiradas pelo menos duas bolas verdes é:

- (A) 14;
- (B) 13;
- (C) 11;
- (D) 9;
- (E) 8.

29

Um pintor pintou uma parede retangular com 3m de altura por 4m de largura em uma hora.

Com a mesma eficiência, esse pintor pintaria uma parede com 3,5m de altura por 6m de largura em:

- (A) 1h45min;
- (B) 1h40min;
- (C) 1h35min;
- (D) 1h30min;
- (E) 1h25min.

30

Uma pequena empresa tem 10 funcionários. A média salarial dos 6 funcionários com menores salários é R\$ 2600,00 e a média salarial dos 4 funcionários com maiores salários é R\$ 4200,00.

A média salarial dos 10 funcionários dessa empresa é:

- (A) R\$ 3480,00;
- (B) R\$ 3440,00;
- (C) R\$ 3400,00;
- (D) R\$ 3360,00;
- (E) R\$ 3240,00.

Conhecimentos Específicos**31**

O Estado de Santa Catarina está em situação reiterada e atual de inadimplemento com a concessionária prestadora do serviço público de fornecimento de energia elétrica, no que tange ao pagamento das faturas mensais relativas a contas de luz de diversos prédios públicos.

De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o corte no fornecimento desse serviço essencial é:

- (A) legítimo, em qualquer hipótese, desde que seja precedido de processo judicial, ainda que em sede de tutela de urgência incidental;
- (B) legítimo, em qualquer hipótese, desde que seja precedido de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- (C) legítimo, desde que seja precedido de notificação e que a interrupção não atinja unidades prestadoras de serviços indispensáveis à população;
- (D) ilegítimo, eis que o Estado também figura como poder concedente, devendo ocorrer compensação no equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- (E) ilegítimo, em qualquer hipótese, pela supremacia do interesse público sobre o privado, e pelo princípio da continuidade do serviço público.

32

Presidente da autarquia que atua na área de meio ambiente de determinado Estado da Federação indeferiu pedido de licença ambiental de empreendedor particular que pretendia instalar um aterro sanitário para receber resíduos sólidos. Inconformado, o particular impetrou o mandado de segurança, indicando como autoridade coatora o presidente da autarquia, que, ao prestar informações, alegou que a legitimidade passiva seria do próprio estado membro.

Nesse contexto, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a autarquia possui:

- (A) personalidade jurídica própria de direito público, motivo pelo qual assiste razão a seu dirigente, devendo ser indicado como autoridade coatora o Secretário Estadual de Meio Ambiente;
- (B) personalidade jurídica própria de direito privado, motivo pelo qual não assiste razão a seu dirigente, que ostenta a legitimidade passiva para figurar como autoridade coatora;
- (C) autonomia administrativa, financeira e personalidade jurídica própria, distinta da entidade política à qual está vinculada, motivo pelo qual não assiste razão a seu dirigente;
- (D) autonomia administrativa e financeira, mas não possui personalidade jurídica própria, motivo pelo qual assiste razão a seu dirigente, devendo ser indicado como autoridade coatora o Secretário Estadual de Meio Ambiente;
- (E) autonomia administrativa e financeira, mas não possui personalidade jurídica própria, motivo pelo qual assiste razão a seu dirigente, devendo ser indicado como autoridade coatora o Governador do Estado.

33

Poder de Polícia pode ser conceituado como atividade da Administração Pública que se expressa por meio de seus atos normativos ou concretos, com fundamento na supremacia geral do interesse público, para, na forma da lei, condicionar a liberdade e a propriedade dos indivíduos mediante ações fiscalizadoras, preventivas e repressivas.

Nesse contexto, de acordo com moderna doutrina e jurisprudência, o poder de polícia é:

- (A) delegável na fase de fiscalização de polícia, pois está ligado ao poder de gestão do Estado;
- (B) delegável na fase de sanção de polícia, pois está ligado ao poder de império do Estado;
- (C) delegável em qualquer fase, pois decorre do poder hierárquico do Estado;
- (D) indelegável em qualquer fase, pois decorre da autoexecutoriedade administrativa;
- (E) indelegável em qualquer fase, pois decorre da discricionariedade administrativa.

34

De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, para configuração dos atos de improbidade administrativa que atentem contra os princípios da Administração Pública (art. 11, da Lei nº 8.429/92), é necessária a demonstração do:

- (A) dano ao erário, o qual deverá ser objeto de ressarcimento aos cofres públicos;
- (B) enriquecimento sem causa, o qual deverá ser objeto de multa civil;
- (C) dolo, o qual não precisa ser específico, sendo suficiente o dolo genérico;
- (D) dolo ou da culpa, os quais precisam ser específicos para comprovação do elemento subjetivo;
- (E) prejuízo ao erário, o qual deverá ser objeto de multa civil ou perda dos valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio.

35

João, Oficial de Justiça do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, se aposentou. Três meses depois, foi informado que o Tribunal de Contas Estadual não aprovou o ato administrativo de sua aposentadoria, eis que faltam dois meses para completar o tempo de contribuição necessário.

A interferência da Corte de Contas, no caso em tela, em tese, é:

- (A) ilegítima, eis que o ato administrativo de aposentadoria é simples, e o Tribunal de Contas não tem competência para interferir em ato administrativo do Poder Judiciário;
- (B) ilegítima, eis que o ato administrativo de aposentadoria é composto, sendo formado pela manifestação do Diretor de Recursos Humanos e Presidente do TJSC, sem controle pelo Tribunal de Contas;
- (C) ilegítima, eis que o ato administrativo de aposentadoria é composto, e a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria do Tribunal de Contas impescinde do contraditório e da ampla defesa;
- (D) legítima, eis que o ato administrativo de aposentadoria é simples e deve ser praticado somente pelo agente público competente para tal, qual seja, o Presidente do Tribunal de Contas;
- (E) legítima, eis que o ato administrativo de aposentadoria é complexo, e a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria do Tribunal de Contas prescinde do contraditório e da ampla defesa.

36

Maria e João obtiveram do poder público consentimento para realizar seu casamento numa bela praia de Santa Catarina.

No caso em tela, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, a utilização especial ou anormal do bem público deve ser instrumentalizada por meio da:

- (A) permissão de uso, que é ato discricionário, precário e independe de licitação prévia;
- (B) concessão de uso, que é ato discricionário, precário e depende de licitação prévia;
- (C) autorização de uso, que é ato discricionário, precário e independe de licitação prévia;
- (D) permissão de uso, que é contrato administrativo precário e independe de licitação prévia;
- (E) autorização de uso, que é ato vinculado, oneroso e depende de licitação prévia.

37

Sobre o procedimento licitatório, analise as afirmativas a seguir.

1ª modalidade: não há fase de habilitação, uma vez que os licitantes já estão previamente cadastrados;

2ª modalidade: não há publicação de edital, sendo suficiente o envio do instrumento convocatório aos convidados, com posterior afixação no átrio da repartição pública e em local visível ao público.

De acordo com a Lei nº 8.666/93, as descrições das modalidades acima se referem, respectivamente, à licitação por:

- (A) convite e concorrência;
- (B) tomada de preços e pregão;
- (C) pregão e convite;
- (D) concorrência e tomada de preços;
- (E) tomada de preços e convite.

38

Imagine duas hipóteses em que um cidadão é vítima de roubo em via pública. O primeiro crime ocorre em uma rua deserta de madrugada, e o segundo, em rua movimentada, na parte da tarde, em frente à delegacia, onde havia policiais na entrada, que nada fizeram.

De acordo com jurisprudência e doutrina modernas, em tese, incide a responsabilidade civil:

- (A) objetiva em ambas as hipóteses, e a omissão estatal acarreta o dever de indenizar o cidadão, sem necessidade de comprovação do elemento subjetivo do agente público;
- (B) subjetiva em ambas as hipóteses, e a omissão estatal acarreta o dever de indenizar o cidadão, com necessidade de comprovação do elemento subjetivo do agente público;
- (C) objetiva na segunda hipótese, e a omissão específica estatal acarreta o dever de indenizar o cidadão, sem necessidade de comprovação do elemento subjetivo do agente público;
- (D) subjetiva na primeira hipótese, e a omissão genérica estatal acarreta o dever de indenizar o cidadão, sem necessidade de comprovação do elemento subjetivo do agente público;
- (E) objetiva na primeira hipótese, e a omissão específica estatal acarreta o dever de indenizar o cidadão, sem necessidade de comprovação do elemento subjetivo do agente público.

39

Com o objetivo de ampliar a arrecadação e aprimorar as políticas públicas afetas aos direitos prestacionais, o Município Alfa editou a Lei nº 123/2018, disciplinando o funcionamento dos bingos no âmbito do seu território. Foram previstos os requisitos a serem atendidos para a concessão da licença de funcionamento e a parcela da arrecadação a ser transferida aos cofres públicos.

À luz da sistemática constitucional de divisão de competências legislativas, a Lei nº 123/2018 é:

- (A) inconstitucional, pois compete concorrentemente à União e aos Estados legislar sobre bingos;
- (B) constitucional, pois compete ao Município legislar sobre matérias de interesse local;
- (C) constitucional, desde que a União tenha transferido aos Municípios competência legislativa;
- (D) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre bingos;
- (E) constitucional, desde que observadas as normas gerais editadas pela União.

40

Após solicitação do Presidente da República, o Congresso Nacional editou decreto legislativo delegando, ao referido agente, competência para editar a lei orçamentária anual, cujo teor seria o mais adequado à superação da situação de crise econômica, devendo observar os balizamentos estabelecidos pela lei de diretrizes orçamentárias.

Considerando os balizamentos a serem observados no processo legislativo, a referida narrativa:

- (A) apresenta irregularidades, pois, apesar de a delegação de competência ser possível, ela deve ser feita mediante resolução e não pode ter por objeto o orçamento;
- (B) não apresenta irregularidades, já que o Congresso Nacional pode delegar suas competências legislativas, excetuando apenas aquelas reservadas à lei complementar;
- (C) apresenta uma única irregularidade, pois, apesar de a delegação ser possível, ela não pode ser feita mediante decreto legislativo;
- (D) apresenta uma única irregularidade, pois, apesar de a delegação ser possível, ela não pode ter por objeto o orçamento;
- (E) apresenta uma irregularidade estrutural, já que o Congresso Nacional não pode delegar a sua competência legislativa.

41

A Lei federal nº W3/2018 introduziu profundas alterações no regime jurídico dos servidores públicos federais, daí resultando prejuízos para um grupo de cinquenta servidores espalhados pelo território nacional, que teve o seu direito adquirido violado.

Ao tomar conhecimento do ocorrido, a associação nacional da categoria ingressou com arguição de descumprimento de preceito fundamental, na qual requeria que fosse reconhecida a inconstitucionalidade parcial da Lei federal W3/2018 e que as perdas de cada um dos servidores fossem recompostas pela União.

Em relação ao uso da arguição de descumprimento de preceito fundamental, no caso concreto, ele é:

- (A) incabível, apenas na parte em que é postulado o reconhecimento da inconstitucionalidade da lei;
- (B) incabível, por não estar presente a subsidiariedade e por ser direcionada a situações individuais e concretas;
- (C) cabível, já que foi violado um preceito fundamental, com a correlata afronta à esfera jurídica individual;
- (D) incabível, pelo fato de a associação nacional não ter legitimidade para ingressar com a arguição;
- (E) cabível, já que foi violado um preceito fundamental e as lesões assumiram proporção nacional.

42

Pedro, servidor público estadual, respondeu a processo administrativo disciplinar e recebeu, ao final, a sanção de suspensão de 10 (dez) dias, o que também lhe acarretou outros prejuízos estatutários, como a impossibilidade de ser promovido por merecimento nos dois anos seguintes. Apesar da gravidade das consequências, Pedro não foi defendido por advogado.

Considerando as garantias constitucionais asseguradas aos brasileiros em geral, a ausência de defesa por advogado:

- (A) não afronta a ordem constitucional, desde que tenham sido assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- (B) não afronta a ordem constitucional, desde que Pedro tenha renunciado ao direito à defesa por advogado;
- (C) afronta a garantia constitucional do devido processo legal;
- (D) afronta a garantia constitucional da ampla defesa;
- (E) afronta a garantia constitucional do contraditório.

43

João, Juiz de Direito de entrância intermediária, concorreu à promoção por antiguidade. Embora fosse o mais antigo entre os concorrentes, o seu nome foi recusado pelo tribunal.

Considerando a sistemática constitucional de promoção por antiguidade, o tribunal:

- (A) pode recusar o mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços dos seus membros, observados os demais requisitos;
- (B) pode recusar o mais antigo pela unanimidade dos seus membros, observado o contraditório e a ampla defesa;
- (C) pode recusar o mais antigo pela maioria dos seus membros, em razão de condenação em processo administrativo;
- (D) pode recusar o mais antigo, estando sua decisão sujeita ao referendo do Conselho Nacional de Justiça;
- (E) não pode recusar o mais antigo, que possui direito subjetivo à nomeação.

44

A sociedade empresária HH ingressou com ação judicial para discutir a exigibilidade de crédito tributário, sendo intimada, pelo juízo, a promover o depósito prévio do valor objeto de discussão, o qual seria requisito de admissibilidade para o prosseguimento da demanda.

Por entender que essa determinação afrontava a ordem constitucional e a interpretação que lhe vem sendo dispensada pelo Supremo Tribunal Federal, solicitou que o seu advogado adotasse a medida mais adequada à solução célere da questão, de modo a evitar que a dúvida persistisse por longos anos até ser definitivamente julgada pela última instância competente.

O advogado ingressou, corretamente, com:

- (A) mandado de segurança perante o Superior Tribunal de Justiça;
- (B) recurso extraordinário perante o Supremo Tribunal Federal;
- (C) recurso especial perante o Superior Tribunal de Justiça;
- (D) reclamação perante o Superior Tribunal de Justiça;
- (E) reclamação perante o Supremo Tribunal Federal.

45

A Comissão de Orçamento da Assembleia Legislativa de determinado Estado convocou o Governador e o Secretário de Estado de Fazenda, para que prestassem informações sobre questões ligadas à arrecadação tributária e à projeção de gastos para o próximo exercício financeiro.

Considerando a sistemática constitucional afeta ao funcionamento das comissões parlamentares e ao princípio da simetria, a referida convocação:

- (A) se harmoniza à Constituição tanto em relação ao Governador como ao Secretário de Estado, caso aprovada pelo plenário;
- (B) se harmoniza à Constituição tanto em relação ao Governador como ao Secretário de Estado;
- (C) destoa da Constituição tanto em relação ao Governador como ao Secretário de Estado;
- (D) somente se harmoniza à Constituição em relação ao Secretário de Estado;
- (E) somente se harmoniza à Constituição em relação ao Governador.

46

Determinado Estado da federação celebrou acordo de regime tributário especial com certo contribuinte, o qual acarretou a exponencial redução do crédito tributário inicialmente devido. Ao tomar conhecimento dos fatos, o Ministério Público ajuizou ação civil pública para anular o acordo com base no argumento de que seria ilegal.

À luz da sistemática constitucional, o Ministério Público:

- (A) tem legitimidade para ajuizar a ação, devendo zelar pela aplicação da lei tributária, ainda que a favor do contribuinte;
- (B) não tem legitimidade para ajuizar a ação, pois não pode substituir-se ao Estado na defesa do patrimônio público;
- (C) não tem legitimidade para ajuizar a ação, pois integra o Estado, ente que celebrou o acordo;
- (D) não tem legitimidade para ajuizar a ação, pois não pode atuar em matéria tributária;
- (E) tem legitimidade para ajuizar a ação visando à defesa do patrimônio público.

47

O Shopping Center ABC oferece serviço de transporte (ônibus) para clientes, entre a praça principal da cidade e o centro comercial, sem deles nada cobrar. Joana, cliente, ao utilizar o ônibus, sofreu lesão física quando o veículo se desgovernou em razão do estouro repentino do pneu.

Acerca de tal fato, o ABC:

- (A) responde subjetivamente, pelo que, diante da força maior, não deve indenizar Joana;
- (B) não tem responsabilidade, visto se tratar de transporte na modalidade gratuita;
- (C) deve indenizar Joana, pois responde objetivamente, não afastada por hipótese de fortuito interno;
- (D) indenizará Joana, desde que ela demonstre negligência na manutenção do veículo;
- (E) não responderá pelos danos de Joana, visto se tratar de hipótese de fortuito externo.

48

Ricardo, artista plástico, recebe em sua galeria Jaqueline, colecionadora de artes plásticas. Encantada com duas peças de Ricardo, denominadas Dida e Jute, Jaqueline as reserva, obrigando-se a retornar no dia seguinte para escolher uma delas e realizar o pagamento da eleita. Na data marcada, Jaqueline informa que gostaria de adquirir Dida. Contudo, Ricardo responde que apenas restou Jute, visto que Dida foi por ele vendida na noite anterior.

Diante dessa situação, Jaqueline:

- (A) deverá adquirir Jute, visto que já a havia reservado;
- (B) poderá exigir perdas e danos em relação a Dida;
- (C) deverá pagar Jute, pois Dida se perdeu sem culpa de Ricardo;
- (D) resolverá o pacto estabelecido com Ricardo, sem perdas e danos;
- (E) deverá escolher outra peça, ainda que não seja Jute.

49

Marta e Rodrigo, ambos com 40 anos, pretendem contrair matrimônio. Com esse objetivo, dirigem-se ao cartório de notas e solicitam a elaboração de pacto antenupcial, por meio do qual desejam estipular que apenas os bens adquiridos após cinco anos de casamento sejam comunicados. Quanto aos bens adquiridos antes do referido termo, deverão observar o regime da separação total.

Na hipótese, essas disposições:

- (A) são nulas, pois se trata de fraude ao regime legal;
- (B) são válidas, visto ser livre convencionar o regime de bens;
- (C) devem ser interpretadas unicamente como regime de separação de bens;
- (D) podem ser objeto de conversão e adaptadas ao regime da comunhão parcial;
- (E) são válidas, desde que nenhum bem seja adquirido nos primeiros cinco anos.

50

Paulo e Mônica, pais de Rubens e Carolina, decidem presentear a filha com um de seus imóveis, o que fazem mediante escritura de doação, sem a participação de Rubens.

No caso, esse contrato:

- (A) não surte efeito em relação a Rubens, visto que dele não participou;
- (B) é nulo, pois Rubens deveria ter subscrito como interveniente anuente;
- (C) é inexistente, pois viola o princípio da solidariedade familiar;
- (D) deve ser ratificado por Rubens para ganhar eficácia;
- (E) é válido, ainda que não tenha contado com a anuência de Rubens.

51

Gabriel era empregado caseiro do imóvel de praia de José Luiz, localizado no Balneário Camboriú. Após o falecimento de José Luiz, nenhum familiar se apresenta a Gabriel, que, embora demitido pelo inventariante do espólio de José Luiz, mantém-se no imóvel, cuidando dele como se seu fosse. Após dois anos do falecimento do ex-empregador e a realização de diversas benfeitorias para a manutenção do imóvel às suas expensas, Gabriel é surpreendido, ao retornar de um rápido passeio, com a ocupação do imóvel por sobrinhos de José Luiz, dizendo-se proprietários do bem.

Diante dessa situação, Gabriel:

- (A) nada poderá fazer, pois os sobrinhos agiram mediante legítimo desforço possessório;
- (B) poderá pleitear indenização pelas benfeitorias, mas não a posse, já que era mero detentor;
- (C) não faz jus a indenização por benfeitoria e tampouco a reaver a posse, visto que esta era exercida de má-fé;
- (D) pode se valer do imediato desforço possessório moderado para reaver, por autotutela, a posse;
- (E) deve receber o valor das benfeitorias realizadas em dobro, por conta da posse de boa-fé.

52

A medida judicial em que, de acordo com a legislação de regência, a pessoa jurídica de direito público, depois de integrada à lide, pode se abster de contestar, e até aderir ao pleito autoral, é:

- (A) ação direta de inconstitucionalidade;
- (B) mandado de segurança;
- (C) mandado de injunção;
- (D) *habeas data*;
- (E) ação popular.

53

Pedro ajuizou ação indenizatória em face de sociedade de economia mista estadual, pleiteando a condenação desta a lhe pagar verba correspondente a mil salários mínimos. Finda a fase instrutória, o juiz julgou parcialmente procedente o pedido, condenando a ré a pagar ao autor a verba equivalente a setecentos salários mínimos. Inconformada, a sociedade de economia mista interpôs recurso de apelação, pugnando pela reforma integral do julgado, vindo Pedro a fazer o mesmo, embora por meio de apelo adesivo, em que postulou a majoração da verba indenizatória. Ocorre que, na sequência, a ré desistiu de sua apelação.

Nesse contexto:

- (A) o recurso da ré não deverá ser conhecido, embora deva sê-lo o de Pedro;
- (B) o recurso de Pedro não deverá ser conhecido, embora deva sê-lo o da ré;
- (C) ambos os recursos deverão ser conhecidos;
- (D) nenhum dos recursos deverá ser conhecido, operando-se o imediato trânsito em julgado da sentença;
- (E) nenhum dos recursos deverá ser conhecido, impondo-se a subida dos autos ao tribunal, mercê do reexame necessário.

54

Credor de obrigação contratual, já vencida e não paga, ajuizou ação em que se limitou a pleitear a declaração da existência de seu direito de crédito.

Ao apreciar a petição inicial, deverá o órgão jurisdicional:

- (A) indeferi-la, dada a falta de interesse de agir;
- (B) indeferi-la, dada a impossibilidade jurídica do pedido;
- (C) indeferi-la, dada a sua inépcia formal;
- (D) determinar que o autor a emende no prazo legal;
- (E) proceder ao juízo positivo de admissibilidade da demanda.

55

No que concerne à denunciação da lide, é correto afirmar que:

- (A) é modalidade voluntária de intervenção de terceiros;
- (B) pode ser provocada pela iniciativa do réu, mas não pela do autor;
- (C) visa a corrigir o vício de ilegitimidade *ad causam* no polo passivo da lide;
- (D) se o denunciante for vitorioso na demanda principal, a sua ação de denunciação não terá o mérito apreciado pelo juiz;
- (E) pode haver várias denunciações num processo, para ensejar a pacificação de todas as relações jurídicas controvertidas.

56

João propôs uma demanda indenizatória em face de José, cumulando os pedidos de ressarcimento de dano material de dez mil reais e de reparação de dano moral de cinquenta mil reais. Após a audiência de conciliação infrutífera, José reconheceu a procedência do pedido de ressarcimento de dano material, pois realmente causou o prejuízo afirmado por João. Todavia, entendeu que não assistia direito a qualquer reparação de dano moral. Nesse sentido, protestou pela produção de prova oral para provar suas alegações. O juiz, em julgamento antecipado parcial do mérito, julgou procedente o referido pedido de dano material, uma vez que este se mostrou incontroverso, e determinou a produção de prova oral em relação ao pedido de reparação de dano moral alegado.

Nesse cenário, é correto afirmar que:

- (A) a cumulação de pedidos no caso é sucessiva, uma vez que é lícita e não há vínculo prejudicial entre os pedidos;
- (B) a decisão que reconheceu o dano material não é impugnável imediatamente, devendo-se aguardar a decisão final de mérito;
- (C) a decisão em relação ao dano material é impugnável por apelação, já que se trata de resolução do mérito deste pedido;
- (D) é possível o enfrentamento do mérito integral, podendo ser concedida a antecipação de tutela do pedido referido de dano material;
- (E) a decisão que julgou procedente o pedido de ressarcimento de dano material é impugnável por agravo de instrumento, no prazo de 15 dias úteis.

57

Um credor celebrou contrato de mútuo com dois devedores solidários, que não cumpriram o dever de pagar o valor devido na data estipulada. Nesse cenário, o credor intentou ação de cobrança do valor total da dívida, em face de apenas um devedor.

O outro devedor, que não integrou a lide originária, pode:

- (A) oferecer o incidente de descon sideração da personalidade jurídica inversa do réu, para que os bens de eventual sociedade sejam trazidos ao processo;
- (B) peticionar nos autos, requerendo seu ingresso como assistente simples, uma vez que é juridicamente interessado;
- (C) peticionar nos autos, requerendo seu ingresso como réu, formando um litisconsórcio passivo superveniente;
- (D) ser denunciado à lide pelo autor ou pelo réu originário, formando um litisconsórcio ativo ou passivo, respectivamente;
- (E) ser chamado ao processo pelo réu originário, formando um litisconsórcio passivo ulterior.

58

Maria, brasileira, e Manoel, português, ambos domiciliados em Portugal, por força de decisão judicial estrangeira, romperam seu vínculo matrimonial, que determinou o divórcio do casal e, em partilha de bens, estabeleceu que o imóvel situado em Florianópolis passaria a pertencer exclusivamente a Maria e o imóvel de Portugal passaria a pertencer exclusivamente a Manoel.

Em relação a essa decisão estrangeira, é correto afirmar que:

- (A) poderá ser homologada no Brasil, pois Maria é brasileira e não obsta a que a autoridade judiciária brasileira conheça da demanda de divórcio;
- (B) não poderá ser homologada no Brasil, pois a competência para a partilha de bens, no caso, é da autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra;
- (C) poderá ser homologada no Brasil, pois as partes mantêm vínculos no Brasil, como a propriedades de bens;
- (D) não poderá ser homologada no Brasil, pois não se admite o exercício de atividade jurisdicional brasileira quando as partes têm domicílio fora do território nacional;
- (E) poderá ser homologada no Brasil, pois a obrigação deverá ser cumprida no Brasil e não há na lei brasileira impedimento para o divórcio.

59

Durante uma discussão entre Carla e Luana, que eram amigas, Carla desfere, com intenção de causar lesão leve, um tapa na face de Luana, que a havia ofendido. Ocorre que, de maneira totalmente surpreendente, Luana vem a falecer no dia seguinte, em virtude do tapa recebido e da lesão causada, pois rompeu-se um desconhecido coágulo sanguíneo na cabeça, mesmo diante do fraco golpe. Na semana seguinte, a família de Luana, revoltada, procura a Delegacia, narra o ocorrido e afirma ter interesse em ver Carla processada criminalmente.

Confirmados os fatos, assim como a intenção de Carla, o Ministério Público poderá imputar a Carla a prática do(s) crime(s) de:

- (A) lesão corporal leve dolosa e homicídio culposo;
- (B) lesão corporal seguida de morte;
- (C) lesão corporal leve;
- (D) homicídio doloso;
- (E) homicídio culposo.

60

Flavio, pretendendo matar seu pai Leonel, de 59 anos, realiza disparos de arma de fogo contra homem que estava na varanda da residência do genitor, causando a morte deste. Flavio, então, deixa o local satisfeito, por acreditar ter concluído seu intento delitivo, mas vem a descobrir que matara um amigo de seu pai, Vitor, de 70 anos, que, de costas, era com ele parecido.

A Flavio poderá ser imputada a prática do crime de homicídio doloso, com erro:

- (A) sobre a pessoa, considerando a agravante de crime contra ascendente, mas não a causa de aumento em razão da idade da vítima;
- (B) sobre a pessoa, considerando a causa de aumento em razão da idade da vítima, mas não a agravante de crime contra ascendente;
- (C) de execução, considerando a agravante de crime contra ascendente, mas não a causa de aumento em razão da idade da vítima;
- (D) de execução, considerando a agravante de crime contra ascendente e a causa de aumento em razão da idade da vítima;
- (E) de execução, considerando a causa de aumento da idade da vítima, mas não a agravante de crime contra ascendente.

61

Juarez, 72 anos de idade, primário e de bons antecedentes, em situação de desespero, praticou um crime de roubo simples, não restando o delito consumado por circunstâncias alheias à vontade do agente. Considerando as circunstâncias do fato e o *iter criminis* percorrido, foi aplicada pena de 2 anos e 8 meses de reclusão.

Considerando as informações narradas, no momento da aplicação da pena:

- (A) não poderá ser reconhecida a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos e nem suspensão condicional da pena, mas poderá ser fixado regime aberto, apesar de o crime envolver violência ou grave ameaça à pessoa;
- (B) não poderá ser reconhecida a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos e nem suspensão condicional da pena, mas caberá concessão, imediata, de prisão albergue domiciliar;
- (C) poderá ser substituída a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direito e, em caso de descumprimento, a pena deve ser cumprida em regime inicial aberto;
- (D) poderá ser substituída a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direito e, em caso de descumprimento, a pena deve ser cumprida em regime inicial semiaberto;
- (E) não poderá ser substituída a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, mas caberá suspensão condicional da pena.

62

Em inovação legislativa, a Lei nº 11.343/06, em seu art. 33, §4º, trouxe a figura do tráfico privilegiado, em especial para mitigar a severa punição do tráfico de drogas para o chamado “traficante de primeira viagem”.

Sobre as previsões da Lei nº 11.343/06 sobre o tema e de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

- (A) a condenação por tráfico, ainda que privilegiado e com pena inferior a 4 anos, não permite a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos;
- (B) o benefício do tráfico privilegiado poderá ser aplicado ainda que o agente seja, também, condenado pelo crime de associação para o tráfico;
- (C) a quantidade de drogas poderá ser considerada no momento da aplicação da pena base, mas não a natureza do material apreendido;
- (D) o regime inicial de cumprimento de pena, diante do tráfico privilegiado, deverá ser necessariamente o fechado;
- (E) o tráfico privilegiado poderá ser reconhecido mesmo diante da figura do tráfico majorado.

63

Em cumprimento de mandado de busca e apreensão no local de trabalho de João, que era um estabelecimento comercial de sua propriedade e de sociedade em que figurava como administrador e principal sócio, foram apreendidas duas armas de fogo, de calibre permitido, com numeração aparente, devidamente municionadas. João esclareceu que tinha as armas para defesa pessoal, apesar de não possuir autorização e nem registro das mesmas.

Diante disso, foi denunciado pela prática de dois crimes de porte de arma de fogo de uso permitido (art. 14 da Lei nº 10.826/03), em concurso material.

No momento de aplicar a sentença, o juiz deverá reconhecer que:

- (A) ocorreram dois crimes de posse de arma de fogo de uso permitido (art. 12 da Lei nº 10.826/03) em concurso material;
- (B) ocorreram dois crimes de posse de arma de fogo de uso permitido (art. 12 da Lei nº 10.826/03) em concurso formal;
- (C) ocorreram dois crimes de porte de arma de fogo de uso permitido em concurso formal;
- (D) ocorreu crime único de porte de arma de fogo de uso permitido, afastando-se o concurso de delitos;
- (E) ocorreu crime único de posse de arma de fogo de uso permitido (art. 12, Lei nº 10.826/03), afastando-se o concurso de delitos.

64

O Código de Processo Penal prevê uma série de institutos aplicáveis às ações penais de natureza privada.

Sobre tais institutos, é correto afirmar que:

- (A) a renúncia ao exercício do direito de queixa ocorre antes do oferecimento da inicial acusatória, mas deverá ser expressa, seja através de declaração do ofendido seja por procurador com poderes especiais;
- (B) o perdão do ofendido oferecido a um dos querelados poderá a todos aproveitar, podendo, porém, ser recusado pelo beneficiário, ocasião em que não produzirá efeitos em relação a quem recusou;
- (C) a renúncia ao exercício do direito de queixa ocorre após o oferecimento da inicial acusatória, gerando extinção da punibilidade em relação a todos os querelados;
- (D) a decadência ocorrerá se o ofendido não oferecer queixa no prazo de 06 meses a contar da data dos fatos, sendo irrelevante a data da descoberta da autoria;
- (E) a perempção ocorre quando o querelante deixa de comparecer a atos processuais para os quais foi intimado, ainda que de maneira justificada.

65

Vânia, analista judiciária que trabalhava com a juíza do Tribunal do Júri do Tribunal de Justiça de Florianópolis, recebeu, para análise, duas ações penais logo após o oferecimento da denúncia por parte do Ministério Público. Na primeira, imputava-se o crime de infanticídio à Defensora Pública Estadual Ana, que teria praticado o fato em Florianópolis. Na segunda, imputava-se o crime de homicídio doloso qualificado ao juiz de direito Tício, delito esse que seria relacionado ao cargo. Tício atuava junto ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, na Comarca de Blumenau/SC, mas o fato teria ocorrido no Paraná. Ao receber os procedimentos, Vânia verifica que a Constituição Estadual do Estado de Santa Catarina prevê foro por prerrogativa de função aos Defensores Públicos do Estado, que devem ser julgados pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Com base na situação hipotética narrada, ao analisar o procedimento, Vânia deveria verificar que o juízo em que atuava:

- (A) não era competente para processar ambas as ações penais, pois deveria a denúncia em desfavor de Ana ser oferecida perante o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, e a denúncia em desfavor de Tício, perante o Tribunal de Justiça do Paraná;
- (B) era competente para processamento da ação penal em desfavor de Ana, mas não em desfavor de Tício, que deveria ter sido denunciado perante o Tribunal de Justiça de Santa Catarina;
- (C) era competente para processamento da ação penal em desfavor de Ana, mas não em desfavor de Tício, que deveria ter sido denunciado perante o Tribunal de Justiça do Paraná;
- (D) não era competente para processar ambas as ações penais, pois deveriam as denúncias ser oferecidas perante o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina;
- (E) era competente para processar as duas ações penais propostas em desfavor de Ana e Tício.

66

Em determinada data, Gláucia ingressou em estabelecimento comercial, após arrombar a fechadura da porta, para subtrair diversos bens. Descobertos os fatos, foi denunciada pelo crime de furto qualificado pelo rompimento de obstáculo.

Considerando que a infração deixou vestígios, o reconhecimento da qualificadora:

- (A) poderia ser obtido a partir da produção de provas de qualquer natureza, tendo em vista que adotado pelo Direito Processual Penal brasileiro o princípio do livre convencimento motivado;
- (B) dependeria de laudo pericial direto e, ainda que tivessem desaparecidos os vestígios, o exame indireto não seria suficiente;
- (C) exigiria exame de corpo de delito, que poderia ser direto ou indireto, ainda que realizado por um perito, mas a confissão não seria suficiente;
- (D) dependeria de realização de exame pericial, que poderia, porém, ser suprido pela confissão do réu;
- (E) exigiria realização de exame pericial, exame esse que deveria ser realizado por dois peritos oficiais.

67

Lauro foi denunciado pela prática do crime de lesão corporal leve praticada no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher (art. 129, § 9º, CP – pena: 3 meses a 3 anos de reclusão). Antes do recebimento da denúncia, veio a ser denunciado em outra ação penal, dessa vez pelo crime de ameaça, também praticado no contexto da Lei nº 11.340/06, após a vítima ter comparecido à Delegacia, narrado o ato e afirmado que desejava ver Lauro processado, nos termos exigidos pelo Código Penal para responsabilização criminal, pleiteando medidas de urgência. Após o oferecimento das denúncias, mas antes do recebimento, a companheira de Lauro, Joana, suposta vítima, comparece ao cartório do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, informando não mais ter interesse em ver Lauro responsabilizado criminalmente pelos fatos.

Diante da informação de Joana, o servidor poderá esclarecer que a vontade da vítima:

- (A) não poderá ensejar retratação da representação em relação a ambos os delitos, tendo em vista que, por serem praticados em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, a responsabilização penal independe da vontade da ofendida;
- (B) poderá justificar a retratação da representação em relação a ambos os delitos, mas tal retratação deverá ocorrer em audiência especial, na presença do magistrado, ouvido o Ministério Público;
- (C) não poderá ensejar retratação da representação em relação a ambos os delitos, tendo em vista que, ainda que a vontade da ofendida possa ser relevante, já houve oferecimento das denúncias;
- (D) poderá justificar retratação da representação em relação ao crime de ameaça, observadas as exigências legais em audiência especial, mas não do crime de lesão corporal;
- (E) poderá justificar a retratação da representação em relação a ambos os delitos, sendo válida, para tanto, mera declaração da ofendida nos autos.

68

Após regular reconhecimento de falta grave, o juiz da Vara de Execuções Penais determinou a regressão de regime de cumprimento de pena, a perda de 1/3 dos dias remidos e o reinício da contagem do prazo para concessão de indulto.

Da decisão do juiz, caberá:

- (A) recurso em sentido estrito, pois não cabe reinício da contagem do prazo para concessão de indulto, apesar de ser admitida perda de parte dos dias remidos e regressão de regime;
- (B) agravo, pois não cabe, em razão do reconhecimento de falta grave, regressão de regime, em que pese seja admitida perda de parte dos dias remidos e reinício do prazo do indulto;
- (C) agravo, pois não cabe reinício da contagem do prazo para concessão de indulto, apesar de ser admitida perda de parte dos dias remidos e regressão de regime;
- (D) recurso em sentido estrito, tendo em vista que não se admite perda de parte dos dias remidos e nem reinício da contagem do prazo para concessão de indulto;
- (E) agravo, tendo em vista que não se admite perda de parte dos dias remidos e nem reinício da contagem do prazo para concessão de indulto.

69

Durante investigação pela prática de crime hediondo, após receber os autos, o Ministério Público requer ao Poder Judiciário devolução do inquérito à Delegacia pelo prazo de 30 dias para prosseguir nas investigações, atendendo à única solicitação apresentada pela autoridade policial. O juiz, contudo, decide decretar a prisão preventiva de José e a prisão temporária de Maria, dois dos indiciados no procedimento. Os dois presos procuram seus advogados, esclarecendo que ambos têm 30 anos, são primários, Maria não tem filhos e José tem um filho de 9 anos, dividindo o sustento do menino com a mãe da criança.

O advogado de Maria e José deverá esclarecer que:

- (A) a prisão de Maria é ilegal e a de José é legal, havendo previsão de substituição da prisão preventiva por domiciliar no caso de José em razão da idade de seu filho;
- (B) a prisão de Maria é ilegal e a de José é legal, não havendo previsão de substituição da prisão preventiva por domiciliar no caso de José em razão da idade de seu filho;
- (C) a prisão de ambos os indiciados é legal, havendo previsão de substituição da prisão preventiva por domiciliar no caso de José em razão da idade de seu filho;
- (D) a prisão de Maria é legal e a de José ilegal;
- (E) a prisão de ambos os indiciados é ilegal.

70

Mário, condenado definitivamente pela prática de crime de furto qualificado, após o cumprimento da pena, apresenta revisão criminal, sem assistência de advogado, sob o argumento de que a decisão se baseou em documento comprovadamente falso.

O analista judiciário, ao receber e analisar o pedido de revisão, deverá concluir que a medida:

- (A) é cabível, e eventual absolvição imporá o reestabelecimento de todos os direitos perdidos em razão da condenação;
- (B) não é cabível, uma vez que não mais persiste o interesse diante do cumprimento integral da pena imposta;
- (C) não é cabível, tendo em vista que a falsidade de prova testemunhal não é fundamento idôneo a justificá-la;
- (D) não é cabível, tendo em vista que Mário não estava representado por advogado legalmente habilitado;
- (E) é cabível, admitindo, durante o processamento da revisão, a produção de todos os meios de prova.

Realização

